

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202304/0707
Tipo Oferta: Concurso Externo
Estado: Ativa
Nível Orgânico: Câmaras Municipais
Orgão / Serviço: Câmara Municipal de Braga
Vínculo: CTFP por tempo indeterminado
Regime: Carreiras Não Revistas
Carreira: Bombeiro Sapador
Categoria: Bombeiro Sapador
Remuneração: Art.º 18.º do DL n.º 106/2002, na sua atual redação.

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Aos corpos de bombeiros profissionais da administração local compete o exercício das funções constantes do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 106/2002, na sua atual redação, e conforme o mapa de pessoal do Município de Braga de 2023, aprovado em Assembleia Municipal de 18/11/2022, no qual foi aprovado o plano de recrutamento de 2023, publicado em Diário da República, 2.ª série – n.º 43, de 1 de março de 2023, através do Aviso (extrato) n.º 4413/2023, a saber:

- Exercer as funções de combater os incêndios;
- Prestar socorro às populações em caso de incêndios, inundações, desabamentos, abalroamentos e em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades;
- Prestar socorro a naufragos e fazer buscas subaquáticas;
- Exercer atividades de socorro e transporte de sinistrados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar;
- Fazer a proteção contra incêndios em edifícios públicos, casas de espetáculos e divertimento público e outros recintos, mediante solicitação e de acordo com as normas em vigor, nomeadamente prestando serviço de vigilância durante a realização de eventos públicos;
- Colaborar em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas;
- Emitir, nos termos da lei, pareceres técnicos em matéria de proteção contra incêndios e outros sinistros;
- Exercer atividades de formação cívica, com especial incidência nos domínios da prevenção contra o risco de incêndio e outros acidentes domésticos;
- Participar noutras ações, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos.

Caracterização do Posto de Trabalho:

Requisitos de Admissão

Nomeação definitiva
Nomeação transitória, por tempo determinável
Relação Jurídica: Nomeação transitória, por tempo determinado
CTFP por tempo indeterminado
Sem Relação Jurídica de Emprego Público

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Autorização dos membros do Governo Por despacho de 16/03/2023 da Sr.^a Vice-Presidente e Vereadora com o Pelouro dos Recursos Humanos, conforme o mapa de pessoal do Município de Braga de 2023, aprovado em Assembleia Municipal de 18/11/2022, no qual foi também aprovado o plano de recrutamento de 2023, publicado em Diário da República, 2.^a série – n.º 43, de 1 de março de 2023, através do Aviso (extrato) n.º 4413/2023.

Artigo 30.º da LTFP:

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Habilitação Literária: 12º ano (ensino secundário)

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Câmara Municipal de Braga	25	Praça do Município	Braga	4700435 BRAGA	Braga	Braga

Total Postos de Trabalho: 25

Quota para Portadores de Deficiência: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos:

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: <http://recrutamento.cm-braga.pt/processos-em-fase-de-candidatura>

Contacto: Telefone 253616060 ou E-mail municipe@cm-braga.pt

Data Publicitação: 2023-04-21

Data Limite: 2023-05-09

Texto Publicado

Jornal Oficial e Orgão de Comunicação Social: Aviso n.º 8218/2023, publicado no Diário da República, 2.^a série, n.º 79 de 21 de abril.

Texto Publicado em Jornal Oficial: 1 - Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho de 16/03/2023 da Sr.^a Vice-Presidente e Vereadora com o Pelouro dos Recursos Humanos, com competência delegada na área dos recursos humanos, no âmbito da competência que lhe é conferida pelo art.º 23.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, Dr.^a Sameiro Araújo, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt, que ocorrerá até ao segundo dia útil seguinte à publicação deste aviso, concurso externo de ingresso para admissão a estágio de 25 concurso externo de ingresso para admissão a estágio de 25 Bombeiros Sapadores Recruta, para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do Mapa de Pessoal desta Autarquia. 2 – Prazo de validade: o concurso destina-se ao preenchimento dos postos de trabalho a ocupar caducando com o seu preenchimento. 3 - Legislação aplicável: Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril, que estabelece o Estatuto de Pessoal dos Bombeiros Profissionais da Administração Local, alterado pelo Decreto -Lei n.º 86/2019, de 2 de julho; Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, que regula o concurso regula o concurso como forma de recrutamento e seleção de pessoal para os quadros da Administração Pública, bem como os princípios e garantias gerais a que o mesmo deve obedecer; Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de junho que aplica o Decreto -Lei n.º 204/98, de 11 de julho, à Administração Local; Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de

20 de junho, na sua atual redação; Despacho Conjunto n.º 298/2006, de 02 de março, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 31 de março de 2006, que aprova o regulamento geral do estágio dos bombeiros profissionais; Regulamento de Ingresso na Carreira de Bombeiro Profissional da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga, Regulamento n.º 868/2016, publicitado em Diário da República 2.ª série, N.º 177 — 14 de setembro de 2016. 4 — Conteúdo funcional: Aos corpos de bombeiros profissionais da administração local compete o exercício das funções constantes do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 106/2002, na sua atual redação, e conforme o mapa de pessoal do Município de Braga de 2023, aprovado em Assembleia Municipal de 18/11/2022, no qual foi aprovado o plano de recrutamento de 2023, publicado em Diário da República, 2.ª série — n.º 43, de 1 de março de 2023, através do Aviso (extrato) n.º 4413/2023, a saber: Exercer as funções de combater os incêndios; Prestar socorro às populações em caso de incêndios, inundações, desabamentos, abalroamentos e em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades; Prestar socorro a naufragos e fazer buscas subaquáticas; Exercer atividades de socorro e transporte de sinistrados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar; Fazer a proteção contra incêndios em edifícios públicos, casas de espetáculos e divertimento público e outros recintos, mediante solicitação e de acordo com as normas em vigor, nomeadamente prestando serviço de vigilância durante a realização de eventos públicos; Colaborar em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas; Emitir, nos termos da lei, pareceres técnicos em matéria de proteção contra incêndios e outros sinistros; Exercer atividades de formação cívica, com especial incidência nos domínios da prevenção contra o risco de incêndio e outros acidentes domésticos; Participar noutras ações, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos. 5 — Remuneração: Durante o período de estágio, a correspondente ao índice 75 para a carreira de bombeiro sapador cfr. n.º 4 do art.º 18.º do DL n.º 106/2002, na sua atual redação, que, nos termos do n.º 2, do Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro, o valor da base remuneratória da Administração Pública (BRAP) é fixado em (euro) 761,58; Após aprovação no estágio, já integrados na carreira, a correspondente ao índice 154 para a carreira de bombeiro sapador cfr. n.º 7 do art.º 18.º do DL n.º 106/2002, na sua atual redação, a que corresponde a remuneração de 1 013,09€, nos termos da Tabela Remuneratória Única de 2023. 6 — Local de Trabalho: Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga. 7 — Requisitos de admissão: Só podem ser admitidos ao curso os candidatos que reúnam os seguintes requisitos: 7.1 — Requisitos gerais: Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial; 18 Anos de idade completos, entendendo-se que os anos se completam na data em que se fazem; Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; Robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 7.2 — Requisitos especiais: a) Ter 18 anos completos e não mais de 25 anos de idade, no termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas; b) Ter como habilitações literárias mínimas o 12.º ano de escolaridade ou equivalente; c) Ter altura igual ou superior a 1.60 m e ter uma relação peso/altura compreendida entre os seguintes valores: Candidatos do sexo masculino: Peso (kg): Altura (dm) > 3.6 e < 4.7; Candidatos do sexo feminino: Peso (kg): Altura (dm) > 3.1 e < 3.9. 7.3 — Os requisitos de admissão devem estar reunidos até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas. 8 — Formalização das candidaturas: 8.1 - Tendo em vista o cumprimento do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, no sentido de promover a utilização de meios eletrónicos no desempenho da sua atividade, de modo a promover a eficiência e a transparência administrativas e a proximidade com os interessados, e do seu artigo 61.º, tornar mais simples e rápido o acesso dos interessados ao procedimento, as candidaturas são formalizadas, sob pena de exclusão, na plataforma digital de recrutamento em <https://recrutamento.cm-braga.pt>, no separador "Processos em fase de candidatura", mediante preenchimento obrigatório do formulário de candidatura, sob pena de exclusão; 8.2 - Documentos a apresentar com a candidatura: a) Fotocópia do certificado das habilitações literárias ou outro documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito; b) Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro, sob pena de exclusão, deverão apresentar com a sua candidatura documento comprovativo das suas habilitações correspondente ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previsto pela legislação portuguesa aplicável; c) Curriculum vitae detalhado, datado e assinado, do qual deve constar a identificação pessoal, habilitações literárias e profissionais, formação profissional, experiência profissional e avaliação do desempenho, com a indicação das funções com maior interesse para o lugar a que se candidata e

quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar, por serem relevantes para a apreciação do seu mérito; d) Documentos comprovativos das declarações constantes do curriculum vitae, nomeadamente no que respeita a habilitação académica, formação profissional, experiência profissional e avaliação do desempenho; e) Os candidatos detentores de vínculo de emprego público devem apresentar documento comprovativo do tipo de vínculo de emprego público detido, bem como da carreira e categoria de que sejam titulares, da atividade que executam, do posto de trabalho que ocupam, da posição remuneratória correspondente à remuneração auferida e do órgão ou serviço onde exercem funções; f) Documento médico comprovativo, por vinheta profissional do médico atestante com identificação do respetivo número de cédula profissional, para efeitos da Inspeção Médica de atestado de robustez física para o exercício de funções; 8.3 - Poderá ser exigido a qualquer um dos candidatos, em caso de dúvida sobre as declarações constantes do requerimento de admissão a concurso, a apresentação de documentos comprovativos dessas declarações. 8.4 — São motivos de exclusão, sem prejuízo de outros legalmente previstos, o envio da candidatura fora de prazo estipulado para o efeito e ou a falta de envio dos documentos referidos no ponto 8.2 do presente aviso; 8.5 - As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei; 8.6 - Os trabalhadores pertencentes à Câmara Municipal de Braga ficam dispensados de apresentar os documentos referidos no ponto 8.2, desde que refiram que os mesmos se encontram arquivados no seu processo individual; 8.7 - Nos termos do DL n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, e para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão e sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção. 9 - Métodos de seleção — Os métodos de seleção a utilizar são os seguintes: 1.º Exame psicológico de seleção; 2.º Provas práticas de seleção; 3.º Exame médico de seleção. 9.1 — Exame Psicológico de Seleção (EPS) — O exame psicológico de seleção visa apurar as capacidades intelectuais, de avaliação e intervenção, e os aspetos de carácter, personalidade e motivação dos candidatos para o exercício das funções de bombeiro profissional. - Aos candidatos serão atribuídas as menções qualitativas de «Favorável preferencialmente», «Bastante favorável», «Favorável», «Com reservas» e «Não favorável», correspondendo-lhes a as classificações de 20; 16; 12; 8 e 4, sendo eliminados os candidatos que não obtenham, pelo menos a menção «Favorável»; 9.1.2 - O exame psicológico de seleção comporta uma única fase, sendo eliminados os candidatos que obtenham menção qualitativa «Com reservas» ou «Não favorável». 9.2 - Provas práticas de seleção (PPS) - Destinam-se a avaliar o desenvolvimento e a destreza física, bem como a capacidade de resistência dos candidatos para o exercício das funções de bombeiro profissional. 9.2.1 - As provas práticas são classificadas numa escala de 0 a 20 valores, sendo excluídos os candidatos que obtenham menos de 8 valores em qualquer uma das provas, ou menos de 9,5 valores na média de todas elas; 9.2.2 - Para a realização das provas práticas os candidatos apresentarão, até ao início das mesmas, atestado médico, que comprove possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis à prestação das provas práticas de seleção definidas no Anexo I à Ata n.º 1; 9.2.3 – O programa das Provas Práticas e critérios de avaliação constam do Anexo I à Ata n.º 1 do Júri do concurso, disponível na Plataforma de Recrutamento do Município de Braga; 9.2.4 — Os candidatos realizam as provas usando traje de ginástica (camisola, calções, meias e sapatos de ginástica), a seu cargo; 9.2.5 — A realização das provas práticas será em local e data a anunciar, aquando da convocatória para as mesmas, pela forma prevista na lei. 9.3 - Exame Médico de Seleção (EMS) — destina-se a avaliar as condições físicas e psíquicas dos candidatos, tendo em vista determinar a sua aptidão para o exercício das funções de bombeiro profissional. 9.3.1 — O exame médico de seleção é realizado numa única fase, devendo no final elaborar -se a respetiva ficha conclusiva, sendo o resultado expresso pela menção «Apto», ou «Não Apto»; 9.3.2 - O exame médico de seleção tem carácter eliminatório; 9.3.3 - Apenas serão submetidos a exame médico de seleção os candidatos mais bem classificados nas provas práticas, em número superior em 25 % ao número de lugares a concurso, podendo tal percentagem ser excedida por decisão do júri; 9.3.4 - Consideram-se não aprovados os (as) candidatos (as) que obtiverem a menção de “Não Apto” ou que não compareçam ao respetivo método de seleção; 9.4 — É obrigatória a apresentação do bilhete de identidade/cartão do cidadão em todos os momentos de aplicação dos métodos de seleção, sob pena de exclusão. 9.5 — A falta de comparência ou a comparência fora das condições prescritas a qualquer uma das provas que compõem os métodos de seleção referidos no ponto 9 equivale à desistência do concurso, sendo os candidatos excluídos do procedimento. 9.6 — No âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, os candidatos devem, para o efeito utilizar, com

caráter de obrigatoriedade, o email recrutamento@cm-braga.pt. 10 — Classificação e ordenação final dos candidatos: 10.1 - Na classificação final é adotada a escala de 0 a 20 valores considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores; 10.2 — A classificação final resulta da média aritmética dos resultados obtidos nos métodos de seleção, segundo a seguinte fórmula: $CF = (EPS + PP + EMS) / 3$ Em que: CF - Classificação Final EPS – Exame Psicológico de Seleção PP – Provas Práticas EMS – Exame Médico de Seleção 11 — Quotas de emprego: De acordo com o n.º 1 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, quando o número de lugares postos a concurso seja igual ou superior a 10, é obrigatoriamente fixada uma quota de 5 % do total do número de lugares, com arredondamento para a unidade, a preencher por pessoas com deficiência com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%. 12 — Precedências e preferências derivadas de incentivos à prestação de Serviço Militar — Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar (RIPSM) nos Diferentes Regimes de Contrato e no Regime de Voluntariado, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 76/2008, de 11 de outubro. 12.1 — Contingente de vagas: Os candidatos que prestem ou tenham prestado serviço em RC (Regime de Contrato), desde que cumpridos três anos nesta forma de prestação de serviço militar, e até ao limite dos três anos subsequentes à data de cessação do contrato, beneficiam de 25% de contingente das vagas postas a concurso, condicionado ao preenchimento dos restantes requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso (cfr. alínea e) do n.º 2 e n.º 8 do art.º 26.º do RIPSM); 12.2 — Preferência em caso de igualdade de classificação: Os candidatos que prestem ou tenham prestado serviço efetivo em RC, desde que cumpridos dois anos, e até ao limite dos três anos subsequentes à data de cessação do contrato, beneficiam do direito de preferência, em caso de igualdade de classificação, no preenchimento das vagas do concurso (cfr. n.º 3 do art.º 26.º do RIPSM); 12.3 — Os militares em RCE (Regime de Contrato Especial) só têm direito aos incentivos referidos nos pontos anteriores se tiverem prestado serviço efetivo pelo período mínimo de oito anos, e até ao limite de três anos subsequentes à data da cessação do contrato (cfr. n.º 4 do art.º 26.º do RIPSM). 13 — Critérios de ordenação preferencial — Subsistindo o empate em caso de igualdade de valoração na ordenação final, após a aplicação dos critérios de ordenação preferencial previstos no n.º 2 do art.º 37.º do DL n.º 204/98 e nos termos do n.º 3 da citada disposição legal, aplicar-se-ão os seguintes critérios de preferência na ordenação: 1.º Candidato (a) titular de carta de condução de veículos da categoria C; 2.º Candidato (a) com classificação mais elevada nas PP; 3.º Candidato (a) com classificação mais elevada no EPS. 14 — A publicitação da relação de candidatos admitidos e excluídos e da lista de classificação final será feita nos termos dos art.º 33.º, 34.º e 40.º do DL n.º 204/98, sendo afixada nos locais de estilo habituais do Município de Braga e disponibilizada no site da Plataforma de Recrutamento do Município de Braga, <http://recrutamento.cm-braga.pt/inicial>. 15 — A lista de classificação final é notificada aos candidatos nos termos dos n.º 1 e 2 do art.º 40.º do DL n.º 204/98, conjugado com o art.º 6.º do DL n.º 238/99 e estará também disponível no site <http://recrutamento.cm-braga.pt/inicial>, bem como nos locais de estilo habituais do Município de Braga; 16 — Da homologação da lista de classificação final do concurso cabe recurso nos termos do regime geral do contencioso administrativo cfr. art.º 5.º do DL n.º 238/99. 17 — Regime de estágio - O estágio terá a duração de um ano e reger-se-á pelas disposições aplicáveis constantes do DL n.º 106/2002, na sua atual redação e do Despacho Conjunto n.º 298/2006, de 31 de março. 17.1 — Nos termos previstos no n.º 4 do art.º 6.º do Despacho Conjunto n.º 298/2006, serão excluídos do estágio os recrutados que na classificação final da fase de formação teórica ou prática obtenham nota inferior a 10 valores. 17.2 — Os estagiários aprovados com classificação não inferior a Bom (14 valores), celebrarão um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com vista à sua integração na carreira/categoria de Bombeiro Sapador. 17.3 — O Júri do estágio será composto pelos elementos do Júri mencionados no ponto 18 do presente aviso de abertura. 18 — Composição do Júri: Presidente: Nuno Luís das Neves Meneses Osório, Comandante da CBS Vogais efetivos: Carlos Rodrigues Carvalho, Subchefe 1.ª classe CBS, e Ibraim Silva Torres, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos; Vogais suplentes: Miguel António Carvalho Soares Caldas, Chefe Unidade de do Gabinete de Saúde, e Sara Fernandes de Oliveira, Técnica Superior, área de Recursos Humanos. 19 — Em cumprimento da alínea h) do art.º 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. 20 — Quaisquer esclarecimentos

relativos ao presente concurso serão prestados através do email:
recrutamento@cm-braga.pt.

Observações
